

Campbell, Lyle. 2016. Documentação lingüística e lingüística histórica

Traduzido por Thiago Costa Chacon¹

DOI 10.26512/rbla.v11i02.28454

Recebido em dezembro/2019 e aceito em dezembro/2019.

Resumo

Este artigo examina a relação entre a documentação lingüística, especialmente a documentação de línguas ameaçadas, e a lingüística histórica. Ele aborda questões sobre o porquê de a documentação lingüística ser importante para a lingüística histórica e em que essa pode contribuir para a documentação lingüística. Com ilustrações de diversas línguas indígenas das Américas, este artigo discute várias maneiras pelas quais essas duas áreas interconectam-se, apoiam-se mutuamente e, juntas, contribuem para a lingüística em geral.

Palavras-chave: documentação lingüística; línguas ameaçadas; lingüística histórica

1. Introdução

O objetivo deste artigo é examinar a relação entre a documentação lingüística, especialmente a documentação de línguas em risco de extinção, e a lingüística histórica. Abordo as seguintes perguntas:

(1) por que a documentação lingüística é importante para a lingüística histórica? (Seções 2–5), (2) em que a lingüística histórica pode contribuir para a documentação lingüística? (Seção 6).

Apresento várias maneiras pelas quais essas duas áreas interconectam-se, apoiam-se mutuamente e, juntas, contribuem para a lingüística em geral.²

De início, é importante esclarecer o que se entende por documentação lingüística. As pessoas que trabalham nessa área nem sempre concordam em como defini-la. Muitos seguem a visão de Himmelmann (1998, 2006), que contrasta *descrição* e *documentação lingüística*, afirmando que essa última “visa o registro *das práticas e tradições lingüísticas de uma comunidade de fala*” (Himmelmann 1998: 9–10; ênfase no original) e que “documentação lingüística pode ser caracterizada como uma *coleção de textos radicalmente*

² Agradeço a um revisor anônimo por seus comentários prestativos numa versão anterior deste artigo.

expandida” (Himmelmann 1998: 2; ênfase no original). Himmelmann (2006: 1) ainda apresenta a seguinte definição:

a documentação lingüística é um registro duradouro e multifuncional de uma língua, um campo de investigação e de práxis autônomo, que se preocupa principalmente com a compilação e preservação de dados lingüísticos primários e como esses dados se relacionam com diversos tipos de análises possíveis baseadas nesses dados.

A definição de Woodbury (2010: 159) é semelhante: “Documentação lingüística é a criação, anotação, preservação e disseminação de registros transparentes de uma língua.” O site do *Hans Rausing Endangered Languages Project* diz que a documentação lingüística:

foca nas metodologias de coleta de dados em duas maneiras: primeiro, incentivando os pesquisadores a coletar e registrar uma ampla gama de fenômenos lingüísticos em situações comunicativas genuínas; e, segundo, no uso de registros audiovisuais de alta qualidade para garantir que os resultados resultem no melhor registro possível de uma língua. <www.hrelp.org/documentation/> (26 de outubro de 2014)

Com declarações como essas, de acordo com Himmelmann (2012: 187), não é de se admirar que tantas pessoas tenham interpretado mal essa área da lingüística, como se ela significasse que

A documentação lingüística fosse apenas sobre tecnologia e arquivamento digital.

A documentação lingüística se preocupasse apenas em coletar (sem reflexão) um monte de dados sem nenhuma preocupação com análise e estrutura.

A documentação lingüística fosse de fato oposta à análise lingüística.

Outros pesquisadores seguem a abordagem americanista, que sustenta que a documentação lingüística deve incluir uma gramática e um dicionário, além de textos/gravações representativas de uma grande variedade de gêneros de fala. Nesta visão, a documentação lingüística

envolve o desenvolvimento de descrições gramaticais de alta qualidade e um extenso léxico baseado em uma ampla gama de gêneros e registros textuais, além de gravações de áudio e vídeo, todas com anotações completas, e com qualidade para serem parte de arquivos digitais e possam ser acessadas publicamente. (Rehg 2007: 15)

Rhodes et al. (2007: 3), numa declaração do Comitê em Línguas Ameaçadas

de Extinção e sua Preservação³, apresenta uma lista de itens necessários e adequados que uma boa documentação lingüística deveria oferecer:

- Toda a fonologia básica [de uma língua];
- Toda a morfologia básica;
- Todas as construções sintáticas básicas;
- Um léxico que (i) cubra todo o vocabulário básico e áreas importantes de especialização cultural e (ii) forneça pelo menos glossários para todas as palavras/morfemas do corpus;
- Uma gama completa de gêneros e registros textuais.

Claramente, há discordâncias sobre a delimitação entre documentação versus análise ou descrição lingüística, mas, como Himmelmann (2012) explica, apesar de mal-entendidos, há de fato um ponto de vista amplamente compartilhado por lingüistas sobre o que é documentação lingüística, ainda que haja diferenças de ênfase em um ou outro aspecto. Todos concordam que a documentação deve incluir um rico corpus de registros audiovisuais, e a maioria concorda que uma gramática e dicionário podem ser uma parte valiosa da documentação lingüística. Alguns realçam mais o grande número de gravações representativas dos muitos gêneros textuais e o uso de alta tecnologia para a realização dessas gravações e o arquivamento dos dados, enquanto outros dão mais atenção à descrição e análise que inclua uma gramática e um dicionário.

Portanto, para os propósitos deste artigo, considera-se que a documentação lingüística adequada tem como objetivo (parafrazeando e acrescentando à definição de Woodbury [2010: 159]) a criação, anotação, preservação e disseminação de registros de uma língua em que esses registros incluam, explicitamente, a produção de uma gramática e um dicionário, juntamente com um rico corpus de gravações audiovisuais.

A seção 2 deste artigo analisa o contexto histórico e as lições das figuras fundadoras deste campo. A seção 3 aborda a questão: por que a documentação (de línguas ameaçadas de extinção) é importante para a lingüística histórica? A Seção 4 trata de hipóteses sobre os tipos de mudanças lingüísticas possíveis em idiomas ameaçados. A Seção 5 discute as maneiras pelas quais a documentação lingüística contribui para problemas de lingüística histórica, com vários dos exemplos lidando com casos de línguas em contato. A Seção 6 é dedicada a contribuições da lingüística histórica para a revitalização lingüísticas. As conclusões são apresentadas na seção final.

³ O comitê é parte da Associação lingüística da América e conhecido como CELP “Committee on Endangered Languages and their Preservation” [N.T].

2. Perspectivas históricas

Ao longo da história, a pesquisa em lingüística histórica normalmente envolveu tanto línguas bem documentadas e com amplo registro escrito quanto línguas conhecidas apenas pela documentação realizada em trabalho de campo. No entanto, uma visão comum tem sido a de que a lingüística histórico-comparativa restringiu sua atenção apenas a línguas com uma longa tradição escrita e com ampla atestação histórica (ver, por exemplo, Campbell 1994, 2013: 396–8; Haas 1969). No entanto, muitas famílias lingüísticas são compostas tanto por idiomas que não possuem tradição escrita nem foram atestados em registros mais antigos, quanto por línguas melhor atestadas e com tradições de escrita há muito tempo. Menciono apenas alguns exemplos.

Na família de idiomas urálicos, o húngaro possui registros escritos datados desde o século VIII, enquanto algumas das outras línguas da família não tinham essa tradição (por exemplo, Mansi [Vogul], Khanty [Ostyak] e algumas línguas samoiedas). As comparações envolvendo essas línguas não escritas dependiam dos esforços de documentação lingüística de pesquisadores engajados. Ainda assim, a família Fino-Úgrica foi uma das primeiras a serem comprovadas pela lingüística histórico-comparativa (veja Stipa 1990 para detalhes; veja também abaixo).

A família semítica tem entre seus membros idiomas com alguns dos primeiros registros escritos conhecidos ao lado de línguas irmãs etíopes, algumas das quais quase não foram documentadas (cf. Hetzron 1997).

Na família austronésia, são conhecidos os antigos registros escritos das línguas Cham (de 829 DC), Malaio (682-686 DC) e Javanês (séculos IX-XV), juntamente com muitas línguas que até hoje têm pouco ou nenhum registro audiovisual ou documentação escrita. Blust (1990: 136) argumenta que, às vezes, mesmo quando temos registros escritos mais antigos, eles podem não contribuir muito para a reconstrução ou classificação das línguas envolvidas, principalmente nos casos em que as línguas atestadas mais antigas já haviam mudado tanto quanto as línguas modernas:

O javanês antigo já havia mudado mais do que muitas línguas austronésias modernas, e o estudo de textos javaneses antigos, valioso por si só, não contribui muito mais para a reconstrução de proto-línguas mais antigas do que poderia ser feito apenas com o estudo do javanês moderno.

Em resumo, a ausência de registros escritos não impediu a pesquisa comparativa nessas famílias; antes disso, as contribuições da documentação lingüística para aquelas línguas sem história escrita foram importantes para a lingüística histórico-comparativa.

Além disso, uma tradição escrita nem sempre é uma vantagem para

comparação; e certamente a falta de escritos antigos não deve ser um obstáculo para tal (ver Haas 1969: 17–24), como mostra o trabalho de algumas figuras fundadoras da lingüística.

O Método Histórico-Comparativo, desde suas primeiras aplicações, foi desenvolvido tendo também como base a documentação lingüística em trabalhos de campo com línguas previamente não-escritas. O matemático húngaro Joannis [János] Sajnovics (1770), Jesuíta, é considerado o fundador do método comparativo por muitos (ver Stipa 1990; Campbell e Poser 2008: 25–6). Em uma viagem de pesquisa em astronomia ao ártico norueguês, Sajnovics extraiu palavras da língua Saami do Norte e as transcreveu em uma ortografia que ele mesmo inventou. Esses dados de campo foram a base para a aplicação do método histórico-comparativo, que demonstrou que Húngaro, Saami e Finlandês estavam relacionadas, servindo para se estabelecer a família Fino-Úgrica.

Mesmo assim, o valor atribuído pelo meio científico da época aos registros escritos dificultou o trabalho de Sajnovics. Sajnovics ponderou que, para convencer os céticos, ele deveria usar dados já publicados. Logo, Sajnovics (1770) não empregou nenhum de seus próprios dados coletados em campo da língua Saami do Norte em sua famosa publicação, mas citou exemplos das únicas fontes disponíveis, o livro de Knut Leem (1748) e amostras lexicais (1768-1781) de Saami do Norte, registradas em uma ortografia dinamarquesa inadequada e sem glosas. Ambos eram uma dificuldade para Sajnovics - enquanto sua própria documentação era muito melhor. (Veja Stipa 1990.)

Como se vê, dados de campo e documentação de línguas sem tradição escrita estão conosco desde o início do método histórico-comparativo. O trabalho de Sajnovics era tão conhecido e influente que Rasmus Rask (1818), famoso por seu trabalho em línguas germânicas e indo-européias, considerou que a evidência que ele apresentava para uma relação entre as línguas germânicas com grego e o latim (ponto fundamental para o Indo-Europeu) deveria ser considerada convincente porque era comparável com a “prova [oferecida por Sajnovics anos antes] de que os idiomas húngaro e lapão [saami] são os mesmos”, o que “ninguém negou até este dia” (Rask 1818 [1993]: 283).

Seguindo em frente cerca de cem anos, chegamos à demonstração de Sapir (1913, 1915–19) da validade da família de línguas Uto-Astecas. A prova de Sapir que estabeleceu essa família definitivamente envolveu evidências tanto de Nahuatl, uma língua com abundantes registros escritos desde os anos 1500, e do próprio trabalho de campo de Sapir com o Paiute do Sul, até então uma língua não documentada. Powell (1891), em sua classificação extremamente influente das línguas indígenas americanas ao norte do México, havia rejeitado os Uto-Astecas como uma família lingüística. O trabalho de Sapir demonstrou com elegância impressionante que a família Uto-Asteca é válida, que o método

comparativo pode ser aplicado com sucesso a idiomas não escritos e que a documentação lingüística pode e deve servir à lingüística histórico-comparativa.

O trabalho comparativo de Bloomfield com as línguas algonquinas se tornou ainda mais famoso que o de Sapir em Uto-Azteca por seu impacto na lingüística histórica. A reconstrução de Bloomfield do Proto Algonquino Central (PCA) envolveu dados de seu próprio trabalho de campo para alguns idiomas, como Cree e Menominee, além de contar com registros escritos de outros idiomas da família. A famosa prova de Bloomfield (1925, 1928) de que a mudança sonora é regular também em idiomas não escritos ou “exóticos” é uma importante contribuição para a lingüística em geral. Ele deliberadamente contestou as alegações de que a reconstrução pelo método comparativo não poderia ter sucesso sem registros escritos e talvez poderia não ser aplicável às línguas pouco conhecidas das Américas, como Meillet e Cohen (1924: 9) disseminaram em seu famoso livro *Les Langues du Monde*:

Pode-se perguntar se as línguas da América (que ainda são, em grande parte, pouco conhecidas e insuficientemente estudadas sob um ponto de vista comparativo) algum dia poderiam ser objeto de uma análise comparativa exata e exaustiva; as amostras oferecidas até agora têm poucas promessas ... nem sequer está claro se o princípio da classificação genealógica se aplica.

Bloomfield decidiu desmistificar essa e outras asserções semelhantes. Sua demonstração da regularidade da mudança sonora nesses tipos de idiomas se baseou em conjuntos distintos de correspondências sonoras envolvendo o mesmo conjunto limitado de sons, mas que se combinavam entre si em diferentes padrões nas línguas algonquinas centrais. Ele apontou um conjunto de cinco correspondências sonoras sistemáticas em que apenas quatro sons distintos estavam envolvidos em diferentes padrões de correspondências, conforme ilustrado na Tabela 1, onde os sons correspondentes ocorrem antes de *k*, em encontros consonantais.

Tabela 1. Algumas das correspondências sonoras algonquinas propostas por Bloomfield⁴

	FOX	OJIBWA	PLAINS	MENOMINEE	PCA
			CREE		
1.	hk	šk	sk	čk	*čk
2.	šk	šk	sk	sk	*šk
3.	hk	hk	sk	hk	*xk
4.	hk	hk	hk	hk	*hk

⁴ Bloomfield usava símbolos da tradição americanista de notação fonética, cuja correspondência com o IPA é a seguinte: š para *ʃ*, ç para *θ*, č para *tʃ*, x para *x*, k para *k* [N.T].

5. šk šk hk hk *çk[cf. *htk* Swampy Cree]

Observamos que no conjunto (1) Bloomfield comparou šk em Ojibwa com os agrupamentos correspondentes dos outros idiomas; no entanto, como ficará claro abaixo, houve um erro e a verdadeira correspondência Ojibwa para o conjunto (1) é *sk*.

Bloomfield reconstruiu *çk para o conjunto (5), distinto da reconstrução para os outros conjuntos, mesmo que o fonema *ç em (5) não seja encontrado nos outros idiomas. No entanto, como se vê, o padrão de como os sons correspondem é diferente neste conjunto com relação aos demais. Portanto, Bloomfield reconstruiu *çk para o conjunto (5), diferente das reconstruções propostas para os outros quatro conjuntos de correspondências, com base no pressuposto de que a mudança de som é regular e que a diferença do conjunto (5) não poderia ser explicada por nenhum outro. Sua decisão de reconstruir algo diferente para (5) foi confirmada mais tarde, quando descobriu-se que Swampy Cree tinha a correspondência *htk* para o conjunto (5), distinto em Swampy Cree dos sons dos outros quatro conjuntos de correspondências. A descoberta de que o conjunto (5) realmente tinha uma diferença na correspondência do Swampy Cree foi tomada como confirmação da hipótese de que a mudança sonora é de fato regular. Foi esse princípio que exigiu uma reconstrução diferente para o conjunto (5), mesmo se todos os conjuntos envolvessem basicamente os mesmos sons mas em diferentes combinações.

O famoso artigo de Bloomfield (1928) foi apresentado pela primeira vez no Encontro Anual da Sociedade lingüística da América (LSA) de 1927, em Nashville, intitulado “Uma reconstrução confirmada”. Essa prova foi muito influente na lingüística histórica. No entanto, a história não termina aí; existem outras lições a serem aprendidas neste caso. A prova de Bloomfield também mostra como a insistência em fontes escritas pode ser um obstáculo à reconstrução. Como mencionado, Bloomfield confiou em fontes escritas para os dados de algumas das línguas e em seus dados de trabalho de campo para outras. Ele usou fontes de Fox e Ojibwa escritas por William Jones, de Oklahoma, que era um falante nativo de Fox.⁵ Porém como Fox não contrasta *sk* e *šk*, ele não pôde percebê-lo em Ojibwa (e erroneamente teve *šk* em Ojibwa para os dois conjuntos (1) e (5)). Swampy Cree não teria sido a única testemunha da distinção do conjunto (5) se este erro sem o contraste em Ojibwa não tivesse sido cometido. Como afirmou Hockett (1948: 126): “Swampy Cree não era mais o único dialeto existente para manter o PA [Proto-Algonquino] separado; Ojibwa agora era conhecido por fazê-lo também”. Como Bloomfield (1946: 88)

5 Jones, de Oklahoma, era um falante nativo da Fox; ele foi treinado em antropologia e foi morto por caçadores de cabeças em 1909 enquanto fazia um trabalho de campo nas Filipinas. Não deve ser confundido com Sir William Jones, cuja fama na lingüística histórica remonta há muito mais tempo. [N.T: esse trecho constava anteriormente no corpo do texto]

reconheceu mais tarde:

*O barulho e os problemas por trás da minha nota em Language (Bloomfield 1928) teriam sido evitados se eu tivesse escutado o Ojibwa, que claramente distingue šk (<PA *çk [conjunto (5)]) de sk ([conjunto (1)]; em vez disso, eu dependia de registros escritos que não mostravam tal distinção.*

Em resumo, neste caso, a dependência de materiais escritos mais antigos era um obstáculo à reconstrução confiável usando o método histórico-comparativo; foi a documentação do trabalho de campo registrada com precisão que baseou a solução correta. Como Hockett (1948: 122) concluiu a partir deste caso, “os registros escritos são um meio para atingir um fim, e não há justificativa para mantê-los em alta estima ou mesmo em reverência (como às vezes é o caso), EXCETO como evidência indireta para o que se está tentando descobrir.”

Mais tarde, em um artigo sobre o método histórico-comparativo como método das ciências sociais, Sapir (1931) elogiou a prova de Bloomfield e acrescentou outro exemplo semelhante a partir de seu trabalho anterior sobre línguas Atabaska.

Em suma, Sapir e Bloomfield contribuíram significativamente para a documentação lingüística e para a lingüística histórica, bem como para o pensamento teórico em geral da lingüística. Todos os casos que acabamos de ver estabelecem a conexão entre a documentação lingüística em trabalho de campo e a lingüística histórica. Eles incluem especificamente contribuições que serviram para o desenvolvimento do método histórico-comparativo e que provaram a regularidade da mudança sonora mesmo em línguas sem registros escritos e menos documentadas, sem mencionar as demonstrações de relações de parentesco e o estudo da história das línguas relacionadas. É muito comum nas Américas, Austrália e Pacífico – e não é incomum em outros lugares – que os lingüistas que documentam as línguas também estejam envolvidos na classificação e no estudo histórico dessas línguas - muitas das publicações de Marianne Mithun ilustram a relação entre documentação e pesquisa em lingüística histórica de maneira exemplar.⁶

3. Por que a documentação lingüística, particularmente de línguas ameaçadas, é importante para a lingüística histórica?

Antecipando a resposta a esta pergunta, começemos com alguns números. Das 7105 línguas faladas no mundo hoje (de acordo com o Ethnologue.

⁶ Nesta seção, concentrei-me em exemplos em que o trabalho de campo produziu dados mais confiáveis do que os encontrados nos registros escritos. Naturalmente, não se trata apenas de dados de trabalho de campo superiores aos registros escritos, mas se aplica a qualquer tipo de material incorretamente registrado - alguns registros são melhores do que outros, sejam trabalhos de campo ou registros escritos.

com), 3232 estão em perigo, o que equivale a 45% das línguas ainda vivas (endangered-languages.com [acessado em 28-10-2014]). Cerca de 639 línguas sobre as quais temos de fato algum conhecimento estão extintas; dessas, 227 foram extintas após 1960. Em outras palavras, de todos os idiomas que foram extintos ao longo dos milênios da história conhecida, 35% deles foram extintos somente nos últimos 50 anos. Isso confirma que a taxa de extinção de idiomas é alarmante e mais acelerada agora do que no passado. Talvez mais significativo para a lingüística histórica seja o fato de que precisamente 100 famílias lingüísticas inteiras (incluindo línguas isoladas) foram extintas. Isso equivale a um quarto (24%) das c.420 famílias lingüísticas conhecidas no mundo (endangeredlanguages.com). Essas perdas e a ameaça de extinção de muitas línguas têm implicações significativas para a lingüística histórica.

A extinção de uma língua é uma perda monumental de informações científicas e antropológicas (cf. Evans 2010; Hale 1998; Harrison 2007; Nettle & Romaine 2000: 50–77; Maffi 2005), comparável em gravidade à perda de uma espécie biológica inteira, como o Tigre de Bengala ou a Baleia Franca. No entanto, a extinção de famílias inteiras de línguas é uma tragédia ainda maior, comparável à perda de ramos inteiros do reino animal, como à perda de todos os felinos ou cetáceos. Imagine o que seria tentar descobrir a história do reino animal com um quarto dos principais ramos desaparecidos, o que é uma realidade para a lingüística histórica, uma vez que 24% das famílias lingüísticas já estão extintas! Aquelas que foram perdidas com documentação inadequada ou inexistente deixam um enorme déficit: a história que poderia ter sido obtida a partir dessas línguas agora está para sempre perdida para nós. Sem a documentação adequada dessas línguas, não podemos determinar sua classificação genética, nem investigar os muitos outros tipos de evidências históricas que poderiam ser obtidas com as evidências lingüísticas - informações sobre migrações e contatos humanos, interações entre grupos, regiões originárias, relacionamentos entre línguas, mudanças lingüísticas, culturas (pré) históricas, e assim por diante. Por todas essas razões e muito mais, a documentação de línguas ameaçadas é extremamente importante para a lingüística histórica.

4. Hipóteses sobre possíveis tipos de mudanças lingüísticas em idiomas ameaçados

Não apenas a documentação de línguas ameaçadas pode fornecer informações cruciais para responder a perguntas sobre a história das línguas, e, por meio disso, sobre a história humana, mas também as informações sobre línguas ameaçadas também podem fornecer pontos de vistas sobre como os idiomas mudam, principalmente quando estão severamente ameaçados. As investigações de línguas ameaçadas têm levantado questões sobre a própria natureza da mudança lingüística, sobre as quais agora me concentrarei. Os

exemplos discutidos nesta seção foram selecionados a partir de línguas severamente ameaçadas que possuem apenas alguns semi-falantes; esses exemplos não refletem línguas ameaçadas que, apesar de seu status de perigo, ainda possuem um número de falantes completamente fluentes.

A primeira pergunta é: a mudança sonora em línguas ameaçadas seria necessariamente regular? Embora em idiomas não ameaçados a mudança sonora seja geralmente considerada regular (Campbell 1996, 2013; Labov 1994), a resposta a essa pergunta parece ser “não”: a mudança sonora em idiomas ameaçados não precisa necessariamente ser regular.⁷ Alguns irão achar esta conclusão chocante. Ilustro isso com exemplos de meu próprio trabalho com várias línguas indígenas ameaçadas das Américas.

As mudanças em línguas ameaçadas geralmente não alteram todas as instâncias de um som específico de forma igual. Algumas vezes alteram o som em algumas palavras e outras não. Por exemplo, em Tlahuica (também conhecido como Ocuilteco, um idioma otomano do México), os falantes fluentes vozeiam oclusivas após nasais, mas os semi-falantes da língua, que não são tão competentes quanto os falantes nativos, irregularmente às vezes as sonorizam (como *nd*) e às vezes não (como *nt*). Os semi-falantes de Cuisnahuat Pipil (uma língua uto-asteca de El Salvador) irregularmente às vezes ensurdecem /l/ em posição final e às vezes não, embora falantes fluentes sempre produzem o alofone desvozeado (veja Campbell & Muntzel 1989 para esses e outros exemplos). Essas não são mudanças regulares.

Exemplos como esses são contrários à hipótese da regularidade neogramática, de que leis sonoras não sofrem exceções. O que isto significa? Dado que a regularidade da mudança sonora é verdadeira em idiomas não ameaçados, não abandonaríamos esse valioso princípio apenas porque, às vezes, a fala dos semi-falantes possa fugir à regra, assim como não abandonaríamos um princípio lingüístico que de outra forma estivesse bem amparado em dados de línguas regulares se encontrássemos violações a esse princípio apenas na fala de aprendizes adultos de uma segunda língua ou de pessoas com diferentes tipos de patologias da linguagem.

7 Um revisor anônimo perguntou sobre a difusão de mudanças sonoras através do léxico, indagando se é verdade que a mudança sonora em idiomas não ameaçados é geralmente regular, “ou se o estudo de idiomas ameaçados nos leva de volta ao estudo de línguas não-ameaçadas, a fim de entender melhor a natureza da mudança sonora e como a variação funciona?” É claro que existem defensores da difusão lexical e de opiniões divergentes sobre a regularidade da mudança sonora em geral. No entanto, a maioria dos lingüistas históricos não concorda, rejeitando a difusão lexical da mudança sonora e apoiando a regularidade da mudança sonora. Pessoalmente, encontro os argumentos contra o primeiro (cf. Labov 1994: 421-543; Campbell 2013: 195-7) e o segundo (cf. Campbell 1996, 2013: 15, 135-42, 189-90, 337-8 ; Labov 1994: 452-74, 501) completamente convincentes.

4.1 Mudança normal?

Outra pergunta é: as línguas ameaçadas podem mudar de maneiras que normalmente não são possíveis em línguas não-ameaçadas? A resposta parece ser “sim”. Por exemplo, alguns semi-falantes de Jumaytepeque (uma língua Xinka da Guatemala) arbitrariamente glotalizaram essencialmente todas as consoantes oclusivas ($C > C'$) (Campbell & Muntzel 1989: 189) - essa não é uma mudança sonora normal. Isso não seria esperado em línguas em bom estado de vitalidade. Como dizem Campbell e Muntzel (1989: 189):

Elementos linguísticos marcados ou “exóticos” do ponto de vista de uma língua dominante podem não ser completamente dominados por aprendizes imperfeitos [de L2], e por não saberem exatamente a que lugar pertencem, esses falantes às vezes perdem o controle, por assim dizer, empregando o padrão “exótico” com maior frequência, o que seria inapropriado numa variedade não-ameaçada da mesma língua.

É essencialmente impossível que uma língua em situação normal de vitalidade mude todas as suas oclusivas desvozeadas para glotalizadas (ejetivas), não deixando nenhuma oclusiva desvozeada simples no seu inventário fonêmico. Isso violaria o universal de que a presença de consoantes glotalizadas (ejetivas) implica a presença de contrapartes não glotalizadas comuns em um idioma. Mudanças em línguas não-ameaçadas não violam os universais linguísticos (cf. Labov 1994).

Em outro exemplo, os semi-falantes de Teotepeque Pipil (Uto-Asteca, El Salvador) generalizaram o /l/ desvozeado, perdendo o /l/ com voz modal. Na variedade Pipil não-ameaçada, o /l/ desvozeado é um alofone de /l/ em final de palavra, como em: /čil / [čil] ‘pimenta malagueta’, mas / čiltik / [čiltik] ‘red’ (com base na raiz de ‘pimenta’ mais -tik’ sufixo adjetivo’). Os semi-falantes teotepeques perderam o contexto que condicionava a pronúncia do “l” desvozeado; eles mudaram $l > l'$ em todos os contextos, como por exemplo em peelu ‘cachorro’, čakalin ‘camarão’, čiltik ‘vermelho’ - nenhum dos quais tinha /l/ desvozeado na variedade de falantes fluentes mais velhos (ver Campbell 1985). Essa mudança é praticamente desconhecida em idiomas não-ameaçados; não é uma mudança esperada ou normal, e é tipologicamente difícil de acontecer.

Em um outro exemplo, também da Teotepeque Pipil, os semi-falantes mudaram $\check{s} > r$ (/š/ é uma fricativa laminal não-apical retroflexa, para um “r” vibrante múltiplo). Essa mudança é desconhecida em outras línguas; o Pipil nativo não possui r de nenhum tipo, e a mudança $\check{s} > r$ é antinatural e inesperada. A mudança parece ter a ver com os falantes que impõem os pré-julgamentos dos falantes da língua dominante, o espanhol, ao Teotepeque Pipil. O espanhol

local tem uma variante estigmatizada [ʃ̃] do /r/ vibrante múltiplo do castelhano e outras variedades de prestígio do espanhol da região. O estigma do alofone [ʃ̃] em espanhol fez com que os falantes mudassem o som nativo de Pipil para se adequar ao padrão de prestígio do espanhol, substituindo seu *ʃ* pelo *r*, por exemplo, *ručit* < *ʃučit* ‘flor’. Essa mudança não é natural e não seria esperada em idiomas não-ameaçados.⁸ (Para esses e outros exemplos, consulte Campbell & Muntzel, 1989.)

Essas duas questões - sobre a existência de mudanças sonoras irregulares e não-naturais em línguas ameaçadas - merecem mais investigações. Elas têm implicações importantes para a lingüística histórica.

5. Contribuições da documentação lingüística para a lingüística histórica

Passo agora a apresentar alguns casos em que a documentação lingüística contribuiu para a lingüística histórica. lingüística histórica é definida aqui convencionalmente como aquilo que os estudiosos que se chamam “lingüistas históricos” fazem; isso abrange uma ampla variedade de temas - qualquer coisa que trate de como e por que as línguas mudam, incluindo a pré-história lingüística – que em geral são abordados nos livros introdutórios sobre lingüística histórica (como por exemplo, Campbell 2013).

Muitos exemplos podem ser citados; casos de Sajnovics, Sapir e Bloomfield já foram mencionados acima. Aqui cito apenas alguns dos meus trabalhos de documentação lingüística.

5.1 Agricultura entre os Xinka e visões sobre a diversificação lingüística

Xinka é uma pequena família de quatro idiomas no sudeste da Guatemala. Quase todos os termos para plantas cultivadas nas línguas dessa família são emprestados das línguas Maias (Campbell 2003). Deduzimos disso que os falantes dessas línguas não eram agricultores até seu contato com grupos Maias dos quais eles adquiriram agricultura. É a documentação do trabalho de campo dessas línguas que registrou essas palavras e nos permitiu identificá-las como empréstimos. Isso, por sua vez, permitiu-nos contribuir para o entendimento da história dessas línguas e, por meio disso, para entender aspectos da pré-história

⁸ Um revisor anônimo suspeita que uma mudança de uma fricativa retroflexa para um *r* “parece algo que não é tão antinatural, dado que a fricativa é retroflex. Mudanças semelhantes, no entanto, são praticamente desconhecidas em outras partes do mundo - a mudança seria envolver mudar sem voz para sonora, retroflexo (pós-alveolar) para dental e adicionar a vibração múltipla: não é algo simples e direto de forma alguma. (Como essas alterações não são conhecidas, não é possível encontrar referências para documentar sua inexistência.)

dos povos Xinka e da região da Mesoamérica como um todo. Um dos idiomas Xinka, Jumaytepeque, era desconhecido até 1972. Descobri esse idioma como parte de um projeto de documentação da língua Xinka. Determinar exatamente quais línguas existem é também uma parte importante da documentação lingüística. Assim, os materiais disponíveis para a investigação histórica da família Xinka foram, é claro, bastante ampliados pela descoberta de uma língua adicional pertencente a essa pequena família

Além disso, não apenas o caso de termos agrícolas emprestados nos falam algo sobre a pré-história Xinka (também uma contribuição para o estudo em geral da pré-história lingüística (ver Campbell 2013: 433)) mas também possuem implicações para pontos de vistas mais gerais sobre a diversificação lingüística, uma das principais questões para um lingüista histórico. O caso Xinka desafia aspectos do modelo de dispersão agrícola-lingüística (Renfrew 1996; Bellwood 2001, 2002; cf. Campbell 2003; Campbell & Poser 2008: 337–44), que realça o papel da agricultura como força motriz para a disseminação de famílias lingüísticas como a indo-européia, austronésia etc. A hipótese é a de que os agricultores se expandem, dominando grupos não-agricultores e seu território. Como Renfrew (1996: 70) coloca, “as dispersões agrícolas, geralmente através da expansão das populações de agricultores por um processo de colonização ou difusão dêmica, são responsáveis pela distribuição e extensão geográfica de muitas das famílias lingüísticas do mundo.” No entanto, as línguas Maias, faladas por povos com agricultora, não se espalharam e eliminaram as línguas Xinka, faladas por povos sem agricultora. A agricultura se espalhou, mas as línguas continuaram. Os povos Xinka mantiveram sua identidade e sua língua, primeiro como não-agricultores, depois como agricultores. A agricultura foi adquirida pelo contato com seus vizinhos Maias, e não por “propagação dêmica”, como o modelo prevê. O caso Xinka é um contraexemplo claro ao modelo de dispersão agrícola-lingüística e fornece informações relevantes para os modelos de diversificação lingüística em geral.

5.2 Contato entre línguas na ‘Misión La Paz’ e mudança lingüística em situações de intenso contato

Descrevo nesta seção várias descobertas em lingüística histórica que provêm da documentação de línguas da região de Misión La Paz, Província de Salta, Argentina (doravante MLP). Três línguas indígenas são faladas na MLP: Chorote, Nivaclé (também conhecido como Chulupí, Ashluslay) e Wichí (anteriormente chamado Matakó). Todas as três são membros da família lingüística Matakó, cujo grau de diversificação remonta ao das línguas germânicas. Em particular, concentro-me nas mudanças que envolvem o contato entre línguas e crenças sobre convergência lingüística. A visão comum sobre línguas em contato intensivo é que elas devem sofrer convergência estrutural, tornando-se mais

parecidas entre si e não sofrer mudanças que as tornem mais diferentes. Por exemplo, Bloomfield (1933: 476) declarou: “Quando duas comunidades de fala estão em comunicação contínua, espera-se convergência lingüística e qualquer grau de divergência requer uma explicação.” Labov (2011: 5) e várias outras pessoas repetem essa citação, e citações com conteúdo semelhante poderiam ser encontradas na obra de muitos outros lingüistas. Como veremos, exemplos de mudanças nas línguas de MLP se baseiam significativamente em afirmações desse tipo.

Para começar, forneço algumas informações sobre o multilingüismo na MLP, algo importante para a compreensão das mudanças descritas abaixo. (Para mais detalhes sobre o histórico e a intensidade do contato entre línguas na MLP, consulte Campbell & Grondona 2010.) Em diálogos na MLP, falantes e ouvintes normalmente não se comunicam pela mesma língua. Em vez disso, as pessoas se comunicam em diferentes idiomas, e não se acomodam às diferentes línguas de seus interlocutores. Esse uso não recíproco de diferentes idiomas tem sido chamado de duo-lingüismo (Lincoln 1979). A exogamia lingüística também é praticada na MLP - i.e. um indivíduo se casa com outro que fala uma língua diferente da sua. Nesse caso, cada cônjuge fala sua própria língua, enquanto é endereçado e entende a língua do outro - i.e. um cônjuge não se “acomoda” à língua do outro cônjuge, mas cada um fala sua própria língua (consulte Campbell & Grondona 2010 para obter detalhes). Em geral, as pessoas se identificam com um único idioma e o falam com todas as demais pessoas. As pessoas afirmam que compreendem, mas não falam uma ou nenhuma das duas outras línguas indígenas na MLP. No entanto, todas as línguas são faladas constantemente e geralmente as pessoas compreendem perfeitamente as línguas que dizem não falar. Na maioria das famílias, conversas multilíngues e duo-lingües acontecem o dia todo, todos os dias.

Geralmente, acredita-se que em situações intensas de contato lingüístico, as línguas em contato tendem a sofrer mudanças estruturais que as tornam mais parecidas entre si. Por exemplo, em casos famosos da Índia, diferentes idiomas em contato mudaram para se tornar estruturalmente mais semelhantes entre si, de modo que é possível uma correspondência estrutural bastante nas traduções exatas de morfema por morfema entre as diferentes línguas (ver Gumperz & Wilson 1971 ; Nadkarni 1975). No entanto, contra as expectativas, as três línguas indígenas na MLP não mostram evidências óbvias de mudanças que as tornaram estruturalmente mais semelhantes umas às outras; ao contrário, elas têm passado por mudanças que as têm tornado estruturalmente mais diferentes. Ilustro isso com três exemplos.

Todas as três línguas têm ou tiveram uma lateral desvozeada /h/, como em Nivaclé *huʔp*, Wichí *ʔup*, Chorote *lop/xlop* ‘ninho’, para citar um conjunto de formas cognatas. No entanto, os falantes de Chorote na MLP mudaram a realização desse fonema. Eles não têm mais [h]; em vez disso, eles mudaram

para uma sequência de consoantes /x/ + /l/ alternando com /l/ simples (sem /x/) em alguns contextos, especialmente em início e final de palavra, como em: xlop/lop ‘ninho’, xlaʔa/laʔa ‘fruta’, xlam/lam ‘he’, xloma/loma ‘dia’, samexl/samel ‘nós’, etc.

Essa mudança ocorreu apesar do fato de esses falantes de Chorote estarem em constante contato com os falantes das outras duas línguas, as quais preservaram o /l/ desvozeado. Mudar /l/ quando os outros idiomas o mantiveram contraria as expectativas sobre mudanças em línguas em contato intenso. Espera-se que, se os outros idiomas nessa situação de contato tiverem /l/, haverá pressão sobre Chorote para não perder ou alterar seu /l/, e permanecer estruturalmente semelhante aos outros dois idiomas em relação a essa característica.

Em outro exemplo, Nivaclé e Wichí têm formas pronominais contrastivas inclusivas e exclusivas no plural de primeira pessoa, como se vê em Nivaclé nos contrastes entre os pares (a) e (b) em (1), (2) e (3); o contraste em Wichí é visto nos pares (a) e (b) em (4), (5) e (6) mais abaixo:

- (1a) kas-waʔtʂa
1pl.incl.poss-pron.raiz
‘nós’ (todos nós)
- (1b) yi-waʔtʂa-ʔeʃ
1.poss-pron.raiz-pl.excl
‘nós’ (menos você[s])
- (2a) katsi-tata
1pl.incl.poss-pai
‘nosso pai’ (de todos nós)
- (2b) yi-tata-ʔeʃ
1.poss-pai-pl.excl
‘nosso pai’ (não de você[s])
- (3a) ʂta-sekkis
1pl.incl.act-arranhar
‘nós o arranhamos’ (todos nós)
- (3b) xa-sekkis-eʃ
1act-arranhar-pl.excl
‘nós o arranhamos’ (menos você[s])

O contraste inclusivo-exclusivo em Wichí é visto na diferença entre as formas (a) e (b) nos exemplos (4) a (6).

- (4a) n-ʔameʃ
1pl.incl.poss-pron.raiz
‘nós’ (todos nós)

- (4b) no-łamel, o-łamel
 1.poss.excl-pron.raiz
 ‘nós’ (menos voê[s])
- (5a) ła-čoti
 1pl.incl.poss-avó
 ‘Nossa avó’ (de todos nós)
- (5b) n-čoti
 1pl.excl.poss-avó
 ‘Nossa avó’ (menos de você[s])
- (6a) yaʔ-lan
 1pl.incl.act-matar
 ‘Nós o matamos’ (todos nós)
- (6b) na-lan
 1pl.excl.act-matar
 ‘Nós o matamos’ (menos você[s]) (Exemplos Wichí retirados de Terraza 2008)

No entanto, os falantes do Chorote no MLP perderam o contraste inclusivo-exclusivo nos pronomes plurais da primeira pessoa e agora têm apenas um único pronome plural na primeira pessoa. A forma única de Chorote em (7a) e (8a) é comparada com as formas contrastantes de Nivaclé em (7b) - (7c) e (8b) - (8c). (O substantivo e as raízes verbais desses exemplos são cognatos nessas línguas, assim como alguns afixos, enquanto outros não são).

(7a) Chorote:	si-ʔleh		‘nossa língua’
(7b) Nivaclé:	kas-kliʔš		‘nossa língua’ (incl)
(7c) Nivaclé:	xa-kliʔš-eł	[1act-língua-pl.excl]	‘nossa língua’ (excl)
(8a) Chorote:	a-lan-a	[we-matar-sufixo]	‘nós o matamos’
(8b) Nivaclé:	šta-klan	[1act.pl.incl-matar]	‘nós o matamos’ (incl)
(8c) Nivaclé:	xa-klan-eł	[1act-matar-pl.excl]	‘nós o matamos’ (excl)

Novamente, não se esperaria que Chorote perdesse um contraste morfológico que é tão saliente nas outras duas línguas, e que os falantes de Chorote ouvem e entendem constantemente na MLP.

O terceiro exemplo envolve uma mudança no Nivaclé. Nos dialetos Chivote e Nivaclé à Jusante falados no Paraguai, quando os verbos ativos aparecem com o morfema ‘prospectivo’ (intenção futura), os falantes são obrigados a usar os prefixos pronominais dos verbos estativos - mesmo quando um verbo inerentemente ativo está envolvido - como visto nos exemplos em Chorote entre (9a) e (9b) e entre (10a) e (10b).

- (9a) a-ʔwešiŋ [1act-caçar] ‘I caço e coletó’

- (9b) si-ʔwešiy=ayi [1est-caçar=prosp] ‘estou indo caçar e coletar’
 (10a) hi-kapehnan [2act-cozinhar] ‘você cozinha’
 (10b) in-kapehnan=ayi [2est-cozinhar=prosp] ‘você irá cozinhar’

A construção na qual o “prospectivo” requer uma concordância pronominal estativa no verbo (independentemente de o verbo ser inerentemente ativo ou estativo) é o estágio original dos sistemas dessas línguas. No entanto, Nivaclé da MLP mudou: a construção correspondente em Nivaclé não concorda da mesma forma com o prospectivo, usando apenas os prefixos ativos como em (11a) e tratando construções com prefixos estativos como agramaticais como em (11b):

- (11a) xa-woʔ=xayu [1act-caçar=prosp] ‘estou indo caçá-lo’
 (11b) *tsi-woʔ=xayu [1est-caçar=prosp]

Seria esperado que, devido ao contato intenso, a exigência gramatical que se vê em Chorote e outros dialetos do Nivaclé (cujos falantes também vivem na MLP) fora mantida no dialeto Nivaclé à Montante falado na MLP. No entanto, não foi o que aconteceu; apesar da influência das outras línguas para se manter a regra de concordância pronominal, o Nivaclé da MLP a mudou. (Veja Campbell & Grondona 2010.)

5.3 Empréstimo lexicais nas línguas Matako

As línguas Matako são notáveis por possuírem muito poucas palavras emprestadas do espanhol ou de outros idiomas. Essa tendência foi descoberta no trabalho de documentação lingüística na MLP e possui implicações mais amplas, cruzando-se com outros aspectos do contato lingüístico intensivo na região. Nivaclé e Chorote geralmente não permitem que itens culturais externos sejam acompanhados de material lexical vindo de outras línguas; em vez disso, eles utilizam recursos lingüísticos nativos para criar termos para itens culturais recém-adquiridos. Alguns dos mecanismos envolvidos são:

[1] Um sufixo derivacional: por exemplo, Nivaclé *tašinštax* ‘cabra’, derivada de *tašinša* ‘cervo-cinzento (Mazama gouazoubira)’ + *-tax* ‘semelhante a’ e Chorote *sona* ‘cabra’, de *sonaʔ* ‘cervo-cinzento’ *-ta* ‘semelhante a’; Nivaclé *itx* ‘fósforo’, de *itx-tax* ‘fogo-similar’.

[2] Onomatopéia: como em Nivaclé *kututut* ‘motocicleta’, Chorote *pohpoh* ‘motocicleta’.

[3] Descrição/metáfora: por exemplo, Nivaclé *tışxan* ‘rádio, gravador’, de *t-iřxan* ‘canta’; Chorote *t-ikyenisyen* ‘rádio, gravador’, de *t-ikyénisyen* ‘canta’; Nivaclé *siwakkak* ‘bicicleta’, de *siwakkak* ‘aranha’.

(Veja Campbell & Grondona 2012)

Haveria uma explicação para essa resistência ao empréstimo? Não existe uma análise segura, mas é possível especular que a relativa ausência de palavras emprestadas possa ser devida ao duo-lingüismo e outros padrões do multilingüismo local. A resistência às palavras emprestadas seria devido ao fato de as pessoas entenderem as outras línguas e optarem por falar apenas uma delas? Empréstimos, em geral, são relacionados a “falantes” multilíngues que trazem palavras de uma das línguas que eles falam para uma outra língua enquanto a falam. Seria então o caso de que, se eles realmente não falam outras línguas que entendem, haveria pouca motivação para importar palavras estrangeiras? Se eles nunca pronunciam uma palavra em voz alta de um outro idioma, por que eles usariam essa palavra estrangeira ao falar seu próprio idioma? Esse caso merece mais investigação.

5.4 Implicações mais amplas da situação da MLP

Casos como esses na MLP nos desafiam a investigar mais detalhadamente o que acontece em situações de contato intenso entre línguas. Nenhuma dessas mudanças relatadas acabaria sendo conhecida sem a documentação lingüística recente realizada na MLP; essas descobertas contribuem não apenas para entender a estrutura e a história desses idiomas específicos, mas também têm várias implicações para se compreender o que é a mudança lingüística em geral.

Os exemplos da MLP que acabamos de apresentar deixam claro que a pressão assumida para a convergência no contato intensivo não impediu que essas três línguas se tornassem mais distintas umas das outras. Em vez disso, elas sofreram mudanças que resultaram em uma maior diferença entre as três, enquanto nenhuma mudança em direção à convergência é evidente na MLP. Em suma, é errado insistir que as línguas em contato intensivo devam necessariamente mudar apenas na direção de uma maior semelhança estrutural e nunca na direção de uma maior diferença. Como Bloomfield (1933: 476) disse, e dito acima, esses casos exigem uma explicação.

6. Contribuições da lingüística histórica para a documentação e revitalização lingüística

Valeressaltar quem todas as contribuições estão na direção da documentação lingüística para a lingüística histórica. Às vezes, a lingüística histórica também pode contribuir para a documentação e revitalização de línguas. Por exemplo, os programas “Breath of Life” geralmente ajudam as comunidades indígenas a encontrar e interpretar documentos escritos mais antigos de seus idiomas. A interpretação algumas vezes requer técnicas filológicas (compreensão de como as anotações realmente funcionam).⁹

⁹ Neste caso, o autor está tratando a filologia como um dos métodos da lingüística histórica [N.T].

Túnica fornece um exemplo concreto. As principais fontes em Túnica são de Mary R. Haas (1941, 1946, 1950, 1953). Enquanto mesmo os trabalhos de Haas requerem interpretação para torná-los úteis para os indígenas que atualmente trabalham para revitalizar sua língua, os exemplos que vamos discutir aqui tratam da investigação filológica em trabalhos ainda mais antigos. Haas trabalhou com o último (semi)falante de Túnica, Sesostrie Youchigant, que não falava a língua havia vinte anos. Como disse Haas (1941: 10):

De fato, muitas vezes tive a sensação de que os sulcos do Tunica na memória de Youchigant poderiam ser comparados aos sulcos de um registro fonográfico; pois ele podia repetir o que ouvira, mas era incapaz de criar novas expressões por sua própria vontade.

A descrição de Haas da concordância do verbo em Túnica é confusa e, como sabemos agora, também foi errônea em algumas partes se tomamos como base a variedade dos falantes mais antigos e completamente fluentes. Heaton (2013), em uma investigação filológica das notas de campo de Albert S. Gatschet de c.1886 (publicada em Swanton 1921), descobriu que Túnica tinha alinhamento ativo-estativo, não marcado, conforme relatado na descrição de Haas. Gatschet havia listado paradigmas verbais completos e, a partir deles, Heaton foi capaz de descobrir o alinhamento original dos verbos em Túnica, o que não estava disponível para Haas porque Youchigant, como semi-falante, não o aprendeu completamente. O alinhamento ativo-estativo de Túnica é visto nos seguintes exemplos (de Heaton 2013).

Verbo transitivo

- (12) uhk-po-ni
3masc.sg.est-ver-1sg.act
'eu o vi'
- (13) ihk-po-wi
1est-ver-3masc.sg.act
'ele me viu'

Verbo Intransitivo Ativo

- (14) pata-wi
cair-3masc.sg.act
'ele caiu'
- (15) pata-ni
cair-1sg.act

‘eu caí’

Verbo Intransitivo Estativo

(16) uhk-yahpa
3masc.sg.est-ter.fome
‘ele tem fome’

(17) ihk-yahpa
1sg.stat-ter.fome
‘eu tenho fome’

Nesses exemplos, vemos que nos verbos ativos (“eventos”, em que algo acontece), o sufixo -ni ‘primeira pessoa do singular ativo’ marca o sujeito tanto do verbo transitivo ‘ver’ (em (12)) quanto do verbo intransitivo ativo ‘cair’ (em (15)). No entanto, o prefixo ihk- ‘primeira pessoa do singular estativo’ marca o sujeito dos verbos intransitivo estativos, como em (17), e o objeto dos verbos transitivos, como em (13). Ou seja, os sujeitos dos verbos intransitivos diferem dependendo se são ativos ((14) e (15)) ou estativos ((16) e (17)).

Haas disse a respeito de seus verbos “estáticos” (os estativos) que “não existem mais de trinta deles no material disponível” (Haas 1941: 59), que eles são flexionados “por meio de prefixos pronominais inalienáveis que funcionam no nível gramatical como objetos e no nível interpretativo como sujeitos” (p.40), e que os verbos “não podem ser usados sem eles [os prefixos possessivos pronominais inalienáveis] ”(p.59). Nos materiais de Gatschet, no entanto, os verbos estativos pronominais tomam os afixos equivalentes não aos prefixos pronominais inalienáveis, mas ao conjunto alienável de prefixos possessivos pronominais, como em (18) (compare o sujeito de verbo estativo em (16)):

(18) uhk-as
3masc.sg.aliénável-cachorro
‘cachorro dele’

(19) u-ési-ku
3masc.sg.inalienável-pai-3masc.sg
‘pai dele’

Os prefixos possessivos alienáveis (como em (18)) são iguais na forma àqueles que marcam o sujeito dos verbos estativos em (16) e (17) e os objetos dos verbos transitivos em (12) e (13). A diferença entre Gatschet e Haas pode ser vista na comparação de (20) de Haas (que tem um prefixo de sujeito equivalente ao prefixo inalienável) com (21) de Gatschet (onde o prefixo de sujeito, em contraste, é equivalente ao prefixo possessivo alienável):

(20) u-wana [de Haas]

3masc.sg.inalienável/3masc.sg.est-quer
 ‘ele quer’

- (21) uhk-wana [de Gatschet]
 3masc.sg.alienável-quer
 ‘ele quer’

A categoria do verbo estativo é aparentemente aberta, não se limitando às poucas raízes verbais listadas por Haas. A análise de Heaton dos materiais mais antigos da língua Túnica, documentada por Gatschet, mostrou que a flexão verbal estativa empregava consistentemente os afixos de sujeito equivalentes aos afixos pronominais possessivos alienáveis, e não aos inalienáveis descritos por Haas. O sistema de alinhamento de verbos ativo-estativo é claro, aparentemente sem exceção. A descoberta de Heaton é usada agora nos materiais de revitalização da língua Túnica. Assim, a investigação filológica de Túnica contribuiu para a sua revitalização lingüística (Heaton 2013).

7. Conclusões

Os exemplos neste trabalho demonstraram o seguinte:

1. Sem documentação de línguas ameaçadas, podemos perder muito - já perdemos essencialmente um quarto das famílias de idiomas do mundo. Por outro lado, com a documentação, ganhamos muito, incluindo o acesso à história das línguas e, por meio dela, à história humana, conforme ilustrado nos exemplos apresentados aqui.

2. Na documentação lingüística, podemos encontrar evidências de mudanças específicas em determinadas línguas, tipos de empréstimos e mudanças devido ao contato entre línguas, além de outras coisas.

3. A pesquisa em línguas ameaçadas serviu de base para a descoberta de que a mudança sonora nessas línguas não precisa ser regular e muitas vezes não é normal ou natural (i.e., não está de acordo com as expectativas tipológicas e alguns universais lingüísticos). Nenhum desses resultados, no entanto, vale para línguas não-ameaçadas, em que a regularidade das mudanças sonoras e a naturalidade das mudanças lingüísticas se mantêm.

4. Podemos também descobrir os padrões de empréstimos, que em alguns casos têm implicações que contestam afirmações como a hipótese da dispersão agrícola-lingüística e que têm implicações gerais para hipóteses relacionadas à diversificação lingüística.

5. A documentação lingüística a serviço da lingüística histórica pode desvendar mudanças em situações multilíngues de contato intensivo, com implicações gerais sobre funciona o contato entre línguas.

6. Os exemplos da documentação das línguas em Misión La Paz (Argentina)

permitem compreender os padrões de como ocorrem as escolhas e os usos lingüísticos na interação entre exogamia lingüística e do duo-lingüismo.

7. A investigação em lingüística histórica de documentos antigos pode ajudar a recuperar aspectos da gramática das línguas, o que, por sua vez, pode ser útil para programas de revitalização e renascença de línguas, como no caso de Túnica.

8. Os lingüistas devem estar cientes das implicações da documentação lingüística e das contribuições que ela traz para a lingüística histórica em geral. Aqueles que fazem documentação lingüística devem estar cientes e prestar atenção às possíveis contribuições que seu trabalho possa fazer para a lingüística histórica, de modo que informações relevantes para a interpretação da história das línguas e para a compreensão da mudança lingüística não sejam ignoradas ou perdidas.

Referências

- Bellwood, Peter. 2001. Early agriculturalist population diasporas? Farming, languages, and genes. *Annual Review of Anthropology* 30: 181–207. doi: 10.1146/annurev.anthro.30.1.181
- Bellwood, Peter. 2002. Farmers, foragers, languages, genes: The genesis of agricultural societies. In *Examining the Farming/Language Dispersal Hypothesis*, Peter Bellwood & Colin Renfrew (eds), 17–28. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research.
- Bloomfield, Leonard. 1925. On the sound system of Central Algonquian. *Language* 1: 130–56. doi:10.2307/409540
- Bloomfield, Leonard. 1928. A note on sound-change. *Language* 4: 99–100. doi: 10.2307/408791
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. New York NY: Holt, Rinehart, and Winston.
- Bloomfield, Leonard. 1946. Algonquian. In *Linguistic Structures of Native America* [Viking Fund Publications in Anthropology 6], Harry Hoiyer (ed.), 85–129. New York: The Viking Fund.
- Blust, Robert. 1990. Summary report: Linguistic change and reconstruction methodology in the Austronesian language family. In *Linguistic Change and Reconstruction Methodology*, Philip Baldi (ed.), 133–54. Berlin: Mouton de Gruyter. doi: 10.1515/9783110881998
- Campbell, Lyle. 1985. *The Pipil Language of El Salvador*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Campbell, Lyle. 1994. Linguistic reconstruction and unwritten languages. In *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Ronald E. Asher & James M.Y. Simpson (eds), 3475–80. London: Pergamon Press.
- Campbell, Lyle. 1996. On sound change and challenges to regularity. In *The Comparative Method Reviewed: Regularity and Irregularity in Language Change*, Mark Durie & Malcolm Ross (eds), 72–89. Oxford: Oxford University Press.
- Campbell, Lyle. 2003. What drives linguistic diversity and language spread? In

- Examining the Farming/Language Dispersal Hypothesis*, Peter Bellwood & Colin Renfrew (eds), 49–63. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research.
- Campbell, Lyle. 2013. *Historical Linguistics: An Introduction*, 3rd edn. Edinburgh: Edinburgh University Press, and Cambridge MA: The MIT Press.
- Campbell, Lyle & Grondona, Verónica. 2010. Who speaks what to whom?: Multilingualism and language choice in Misión La Paz – A unique case. *Language in Society* 39: 1–30. doi:10.1017/S0047404510000631
- Campbell, Lyle & Grondona, Verónica. 2012. Linguistic acculturation in Nivaclé (Chulupí) and Chorote. *International Journal of American Linguistics* 78: 335–67. doi: 10.1086/665672
- Campbell, Lyle & Muntzel, Martha. 1989. The structural consequences of language death. In *Investigating Obsolescence: Studies in Language Death*, Nancy Dorian (ed.), 181–96. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511620997.016
- Campbell, Lyle & Poser, William J. 2008. *Language Classification: History and Method*. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511486906
- Evans, Nick. 2010. *Dying Words: Endangered Languages and What They Have to Tell Us*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Gumperz, John J. & Wilson, Robert. 1971. Convergence and creolization: A case from the Indo-Aryan/Dravidian border in India. In *Pidginization and Creolization of Languages*, Dell Hymes (ed.), 151–67. Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1093/acprof:oso/9780195181920.001.0001
- Haas, Mary R. 1941. *Tunica*. (Extract from Handbook of American Indian Languages, Vol. IV.) New York NY: J.J. Augustin.
- Haas, Mary R. 1946. A grammatical sketch of Tunica. In *Linguistic Structures of Native America* [Viking Fund Publications in Anthropology 6], Harry Hoijer (ed.), 337–66. New York: The Viking Fund.
- Haas, Mary R. 1950. Tunica texts. *University of California Publications in Linguistics* 6: 1–174. Haas, Mary R. 1953. Tunica dictionary. *University of California Publications in Linguistics* 6: 175–332.
- Haas, Mary R. 1969. *The Prehistory of Languages* [Janua Linguarum, Series Minor 57]. The Hague: Mouton.
- Hale, Ken. 1998. On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In *Endangered Languages: Current Issues and Future Prospects*, Lenore Grenoble & Lindsay Whaley (eds), 192–216. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harrison, K. David. 2007. *When Languages Die: The Extinction of the World's Languages and Erosion of Human Knowledge*. Oxford: Oxford University Press.
- Heaton, Raina. 2013. Active-stative agreement in Tunica. Paper presented at the annual Linguistic Society of America meeting.
- Hetzron, Robert. 1997. *The Semitic languages*. Abingdon: Routledge.

- Himmelmann, Nikolaus. 1998. Documentary and descriptive linguistics. *Linguistics* 36: 161–95. doi:10.1515/ling.1998.36.1.161
- Himmelmann, Nikolaus. 2006. Language documentation: What is it and what is it good for? In *Essentials of Language Documentation*, Jost Gippert, Nikolaus P. Himmelmann, & Ulrike Mosel (eds), 1–30. Berlin: Mouton de Gruyter. doi: 10.1515/9783110197730
- Himmelmann, Nikolaus. 2012. Linguistic data types and the interface between language documentation and description. *Language Documentation and Conservation* 6: 187–207. <<http://nflrc.hawaii.edu/ldc/>>
- Hockett, Charles F. 1948. Implications of Bloomfield's Algonquian studies. *Language* 24: 117–31. doi:10.2307/410292
- Labov, William. 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell. Labov, William. 2011. *Principles of Linguistic Change: Cognitive and Cultural Factors*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Leem, Knud. 1748. *En Lappisk grammatica, efter den dialect, som bruges af Field-Lapperne udi Porsanger-Fjorden, samt et register over de udi samme grammatica anførte observationers indhold*. Copenhagen: Gottman Friederich Risel.
- Leem, Knud. 1768–81. *Lexicon Lapponicum bipartitum: Lapponico-Danica-Latinum & Danico-Latino-Lappinicum, cum indice Latino*. Vol. 1: Trondheim, Vol. 2: Copenhagen.
- Lincoln, Peter C. 1979. Dual-lingualism: Passive bilingualism in action. *Tè Reo* 22: 65–72. Maffi, Luisa. 2005. Linguistic, cultural, and biological diversity. *Annual Review of Anthropology* 29: 599–617. doi: 10.1146/annurev.anthro.34.081804.120437
- Meillet, Antoine & Cohen, Marcel. 1924. *Les langues du monde* [Collection Linguistique 16]. Paris: Champion.
- Nadkarni, Mangesh V. 1975. Bilingualism and syntactic change in Konkani. *Language* 51: 67283. Nettle, Daniel & Romaine, Suzanne. 2000. *Vanishing Voices: The Extinction of the World's Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- Powell, John Wesley. 1891. Indian linguistic families of America north of Mexico. *Seventh annual report, Bureau of American Ethnology*, 1–142. Washington DC: Government Printing Office. Reprinted 1966, in: Franz Boas: Introduction to Handbook of American Indian languages; J.W. Powell: Indian Linguistic Families of America North of Mexico, Preston Holder (ed.). Lincoln NB: University of Nebraska Press.
- Rask, Rasmus K. 1818. *Undersøgelse om det gamle nordiske eller Islandiske sprogs oprindelse*. Copenhagen: Gyldendal. English translation by Niels Ege, 1993, Investigations of the Origin of the Old Norse or Icelandic Language [Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague 26]. Copenhagen: The Linguistic Circle of Copenhagen.
- Rehg, Kenneth L. 2007. The language documentation and conservation initiative at the University of Hawai'i at Mānoa. Documenting and revitalizing Austronesian

- languages. In *Language Documentation and Conservation, Special Publication No. 1, Documenting and Revitalizing Austronesian Languages*, D. Victoria Rau & Margaret Florey (eds), 13–24.
- Renfrew, Colin. 1996. Language families and the spread of farming. In *The Origins and Spread of Agriculture and Pastoralism in Eurasia*, David R. Harris (ed.), 70–92. London: University College London Press.
- Rhodes, Richard, Grenoble, Lenore A., Berge, Anna, & Radetzky, Paula. 2007. Adequacy of Documentation. (A preliminary report to the CELP.) Linguistic Society of America Committee on Endangered Languages and their Preservation.
- Sajnovics, Jo[h]annis [János]. 1770. *Demonstratio idioma Ungarorum et Lapponum idem esse*. First edition 1770 Copenhagen: Typis Collegi societatis Iesu; second edition 1770 Trnava (Tyrnau), Hungary. Photolithic reproduction of Second edition 1968, Thomas A. Sebeok (ed.), [Ural and Altaic Series 91]. Bloomington IN: Indiana University; The Hague: Mouton. German translation 1972, by M. Ehlers. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Sapir, Edward. 1913, 1915–1919. Southern Paiute and Nahuatl: A study in Uto-Aztecan. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, Part 1, 10: 379–425, Part 2, 11: 433–88. Part 2 also printed 1915 *American Anthropologist* 17: 98–120. doi: 10.3406/jsa.1913.2866
- Sapir, Edward. 1931. The concept of phonetic law as tested in primitive languages by Leonard Bloomfield. In *Methods in Social Science: A Case Book*, Stuart A. Rice (ed.), 297–306. Chicago IL: University of Chicago Press. Reprinted 1949, in: *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture, and Personality*, David Mandelbaum (ed.), 73–82. Berkeley CA: University of California Press.
- Stipa, Günter Johannes. 1990. *Finnisch-ugrische Sprachforschung*. Helsinki: Finno-Ugric Society (Suomalais-Ugrilainen Seura).
- Swanton, John R. 1921. The Tunica language. *International Journal of American Linguistics* 2: 1–39. doi:10.1086/463732
- Terraza, Jimena. 2008. Gramática del Wichí: Fonología y Morfosintaxis. Ph.D. dissertation, Université du Québec à Montréal.
- Woodbury, Anthony. 2010. Language documentation. In *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*, Peter Austin & Julia Sallabank (eds), 159–186. Cambridge: Cambridge University Press.